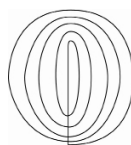


# MOTIVAÇÃO MORAL

EDIÇÃO DE 2022 do

## COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2018-2021 FCT Project PTDC/ FER-FIL/28442/2017



Editado por  
Ricardo Santos e Pedro Galvão

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica  
Copyright © 2022 do editor  
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa  
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Motivação Moral  
Copyright © 2022 do autor  
Pedro Galvão

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0094>

Todos os direitos reservados

**Resumo**

Segundo os internistas motivacionais, os juízos morais implicam motivações para agir. Os externistas motivacionais negam esta implicação e, assim, afirmam a possibilidade do amoralista. Na primeira secção deste artigo, elucida-se a natureza e a relevância metaética desta controvérsia. Na segunda secção, examina-se o argumento de Michael Smith a favor do internismo. Por fim, consideram-se diversas razões para aceitar o externismo motivacional.

**Palavras-chave**

Motivação, juízos morais, amoralismo, não-cognitivism, ónus da prova.

**Abstract**

According to motivational internalists, moral judgments imply motivations to act accordingly. Motivational externalists deny this implication and thus assert the possibility of the amoralist. The first section of this article elucidates the nature and the metaethical significance of this controversy. In the second section, Michael Smith's argument for internalism is examined. Finally, several reasons for accepting motivational externalism are considered.

**Keywords**

Motivation, moral judgements, amoralism, noncognitivism, burden of proof.

# Motivação Moral

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0094>

## 1 A disputa e a sua relevância

Se uma pessoa julga que amanhã vai chover ou que o chocolate faz ganhar peso, o que podemos inferir quanto às suas motivações? Nada, pelo menos enquanto não soubermos mais sobre os seus estados mentais, que poderão incluir um desejo de sair amanhã ou um desejo de perder peso. Mas, substituindo juízos puramente descritivos, como os indicados, por juízos morais, imaginemos uma pessoa que julga que é errado roubar e que devemos retaliar em caso de agressão. Aparentemente, agora podemos inferir algo sobre as suas motivações: é de presumir que essa pessoa esteja motivada para não roubar, tendo assim uma aversão ao roubo, e que esteja disposta a retaliar caso a agridam.

Os juízos *morais* de uma pessoa, podemos dizer, afiguram-se peculiarmente alinhados com as suas motivações. Como haveremos de entender este alinhamento? A disputa entre internistas e externistas motivacionais é acerca desta questão. Os primeiros afirmam a existência de uma conexão "interna" ou conceptual entre juízos morais e motivações para agir: conceptualmente, julgar que algo é moralmente certo ou correcto, ou que algo é moralmente errado, *implica* ter motivações consonantes. Os externistas motivacionais negam esta conexão.

### 1.1 Versões de internismo motivacional

Circunscrevendo a atenção a juízos deônticos de obrigação, podemos formular assim a versão mais forte de internismo motivacional, onde no lugar de  $\phi$  estará um verbo de acção:

- Necessariamente (se S julga que deve  $\phi$ , então S está motivado para  $\phi$ ).

Como acima se sugeriu, a necessidade aqui referida não é uma necessidade meramente física, causal ou psicológica – é uma necessidade *conceptual*. Isto aplica-se a todas as versões de internismo

*Publicado pela primeira vez em 2022*

motivacional. Esta é a mais forte delas em virtude da consequente da condicional, onde "está motivado" significa algo como "tem uma motivação decisiva, que não é suplantada por outras motivações". Por exemplo, se S julga que, moralmente, deve ou tem a obrigação de comer só vegetais, então tem uma motivação decisiva (ou está decisivamente motivado) para não comer carne ou peixe, pelo que, excluindo enganos quanto àquilo que está no prato ou recursos à alimentação forçada, *S não comerá carne nem peixe* – e isto por uma questão de necessidade conceptual.

Por considerar, razoavelmente, que esta posição é muito implausível, Michael Smith (1994: 61) propõe uma versão mais fraca de internismo motivacional (que designa como *requisito da praticabilidade*), tornando disjuntiva a consequente da condicional:

- Necessariamente [se S julga que deve  $\Phi$ , então (S está motivado para  $\Phi$ , a não ser que S seja irracional praticamente)].

"Por outras palavras", elucida Smith (1994: 61), "os agentes que julgam ser correcto agir de diversas maneiras estão motivados para o fazer, e isso necessariamente, na ausência das influências disruptivas da fraqueza de vontade e da presença de outras formas similares de irracionalidade prática nas suas motivações". Esta versão de internismo motivacional, como Alexander Miller observa, está muito vulnerável à trivialização:

Para não cair na trivialidade, Smith precisa de uma caracterização substancial de "racional praticamente". Quando Smith fala daquilo que a racionalidade prática implica, no entanto, ele caracteriza-a tipicamente como "estar livre de fraqueza de vontade, de apatia, de desespero ou de algo do género". Mas, caso não se diga mais do que isto, a expressão "ou de algo do género" parece corresponder a uma condição como "e de qualquer outra condição que frustrate a conexão entre o juízo moral e a motivação". (2003: 221)

Nesse caso, acrescenta Miller, obteremos a versão seguinte de internismo motivacional:

- Necessariamente [(se S julga que deve  $\Phi$  e S está livre de qualquer condição que frustrate a conexão entre o juízo de que deve  $\Phi$  e a motivação para  $\Phi$ , então S está motivado para  $\Phi$ ].

O que, claro, equivale a:

- Necessariamente [se S julga que deve  $\varphi$ , então (S está motivado para  $\varphi$ , a não ser que S não esteja livre de qualquer condição que frustre a conexão entre o juízo de que deve  $\varphi$  e a motivação para  $\varphi$ )].

Esta versão do internismo motivacional é trivialmente verdadeira e, portanto, há que descartá-la como objecto de disputa filosófica. Talvez se possa evitar a trivialização do internismo com uma concepção adequada de racionalidade prática, mas uma forma mais óbvia de a evitar consiste em enfraquecer de outro modo a sua versão inicial, mais precisamente assim:

- Necessariamente (se S julga que deve  $\varphi$ , então S está motivado *pro tanto* para  $\varphi$ ).

Estar motivado *pro tanto* para fazer algo é ter *uma* motivação para o fazer, ou estar motivado *até certo ponto* para o fazer, o que significa que essa motivação pode ser suplantada por motivações opostas.

Entre os filósofos que centram a discussão do internismo motivacional nesta versão da perspectiva, salienta-se Russ Shafer-Landau (2003: 143). A respeito de juízos deónticos de *proibição*, esta diz-nos o seguinte:

- Necessariamente (se S julga que não deve  $\varphi$ , então S está motivado *pro tanto* para não  $\varphi$ ).

O externista motivacional, então, é alguém que defende o seguinte:

- Possivelmente (S julga que deve  $\varphi$  e S não está motivado *pro tanto* para  $\varphi$ ).
- Possivelmente (S julga que não deve  $\varphi$  e S não está motivado *pro tanto* para não  $\varphi$ ).

Por outras palavras, o externista afirma a possibilidade conceptual de um agente julgar que tem a obrigação moral de fazer algo, embora não esteja minimamente motivado para o fazer, bem como a possibilidade conceptual de um agente julgar que é moralmente errado fazer algo, embora não tenha qualquer aversão a fazê-lo.

Compararemos agora o internismo motivacional com a perspectiva platónica conhecida por *intelectualismo moral*, que é classificável

como uma versão de internismo. Nesta afirma-se uma conexão conceptual entre *conhecimento* moral e motivação:

- Necessariamente (se *S sabe* que deve  $\Phi$ , então *S* está motivado para  $\Phi$ ).

Por contraposição, se um agente não está motivado para fazer algo, então não sabe que deve fazê-lo – talvez porque, de facto, não deva fazê-lo, mas talvez porque, devendo fazê-lo, não sabe disso. Assim, se um agente age imoralmente em consonância com as suas motivações, ele ignora o que deve fazer. Ou seja, como quem sabe realmente o que deve fazer está decisivamente motivado para o fazer, o mal moral resulta sempre da ignorância.

## 1.2 *Internismo motivacional e não-cognitivismo metaético*

A disputa entre internistas e externistas motivacionais está significativamente relacionada com outras questões centrais na metaética. É de salientar, a este respeito, um argumento de inspiração humana a favor do *não-cognitivismo*, isto é, a ideia de que os juízos morais não são (ou não exprimem) *crenças*, sendo (ou exprimindo) antes estados mentais de natureza não-cognitiva, como sentimentos, desejos ou preferências. O argumento, cuja primeira premissa é o internismo motivacional, deixa-se formular deste modo:

- (1) Os juízos morais implicam motivações consonantes.
  - (2) As crenças, por si mesmas, não implicam motivações.
- ∴ Os juízos morais não são crenças.<sup>1</sup>

A premissa (2) decorre do chamado *humanismo* motivacional. Este corresponde à ideia de que as crenças não implicam desejos (pois crenças e desejos são estados mentais conceptualmente independentes) e de que os desejos são essenciais à motivação. Assim, se as crenças não implicam desejos, e se sem estes últimos não há motivação para agir, as crenças não são suficientes para a motivação. Poderão motivar quando devidamente conjugadas com desejos, mas não por si mesmas.

<sup>1</sup> Os capítulos 5 e 6 de Shafer-Landau (2003) oferecem-nos uma discussão deste argumento. Shafer-Landau rejeita as suas duas premissas.

Esta posição está longe de ser inatacável. No campo do anti-humanismo, pode-se alegar, numa veia kantiana, que as crenças *valorativas* são suficientes para a motivação (e.g. o facto de um agente acreditar que tem o dever de  $\Phi$  pode, por si mesmo, motivá-lo para  $\Phi$ ), ou então que estas crenças, por si mesmas, geram inevitavelmente certos desejos, sendo assim suficientes para a motivação.

Seja como for, admitido o humanismo motivacional, o internismo leva à conclusão de que os juízos morais não são crenças, o que parece ter como corolário a perspectiva não-cognitivistica de que estes são (ou exprimem) estados não-cognitivos como sentimentos, desejos ou preferências.

Inversamente, o não-cognitivismo parece implicar o internismo motivacional: se os juízos morais são (ou exprimem) estados não-cognitivos como os indicados, então, presumindo que esses estados são inerentemente motivantes, os juízos morais não podem deixar de motivar. Caso isto seja verdade, importa sublinhar, o não-cognitivismo será refutado se o externismo motivacional se revelar correcto.

## 2 Internismo motivacional

### 2.1 *O amoralista*

Em defesa do externismo motivacional, David O. Brink (1989: 37-50) afirma a possibilidade do amoralista:

Embora a indiferença às considerações entendidas como morais possa ser bastante rara, ela parece existir. Algumas pessoas (e.g., certos sociopatas) não se importam com aquilo que entendem como considerações morais. Além disso, o internista não pode dar-se por satisfeito com a alegação extensional de que todos, de facto, são motivados por considerações morais. Os externistas podem afirmar isso. [...] Segundo o internista, então, tem de ser conceptualmente impossível alguém reconhecer uma consideração moral ou fazer um juízo moral e permanecer inerte [*unmoved*]. Este facto suscita um problema para o internismo; o internismo torna o *amoralista* conceptualmente impossível. (1989: 46)

O amoralista, neste contexto, não é alguém destituído de crenças morais. É antes alguém que, embora tenha crenças morais, não é

minimamente motivado por elas – e.g., um agente que, embora esteja plenamente convicto de que é imoral mentir e roubar, não tem a menor aversão à mentira ou ao roubo. Para um internista motivacional, o amoralista, assim concebido, goza da impossibilidade de um quadrado redondo. A psicologia e a neurobiologia, por mais que esquadrihem o cérebro de um psicopata, nunca poderão encontrá-lo. Poderão descobrir que o psicopata não tem crenças morais, mas não que as tem e que, todavia, estas não o motivam.

Vale a pena distinguir o amoralista total, digamos assim, do amoralista pontual e circunscrito. Um psicopata será porventura o melhor candidato disponível a amoralista total: alguém que, pelo menos aparentemente, tem um conjunto mais ou menos típico de crenças morais, mas que nunca é minimamente motivado por nenhuma delas. Para candidato a amoralista pontual, podemos escolher qualquer pessoa comum: alguém que tem um conjunto semelhante de crenças morais, mas que, pelo menos aparentemente, *por vezes* não tem a menor motivação para agir em conformidade com *algumas* dessas crenças – ainda que isso não resulte de "irracionalidade prática", podemos acrescentar. O internista motivacional terá de dizer que em ambos os casos, e não só no primeiro, as aparências iludem. Mesmo o amoralista pontual e circunscrito apresenta-se-lhe como uma impossibilidade conceptual.

Vale também a pena introduzir uma figura talvez ainda mais sinistra: o *imoralista*, isto é, alguém que julga (e.g.) que matar é moralmente errado, mas que, em virtude desse juízo, está motivado para *matar*. O internista dirá também que o imoralista é uma impossibilidade conceptual.

## 2.2 *Um impasse*

A defesa mais influente do internismo motivacional deve-se a Smith (1994: 66-76). O putativo amoralista, segundo Smith, na verdade é alguém que *tenta* fazer juízos morais, mas falha nesse intento.

Traçando uma analogia com juízos acerca de cores, imaginemos um cego de nascença que tem um método fiável para usar termos cromáticos. Graças a esse método, ele aplica "verde" às coisas verdes e só a elas, "azul" às coisas azuis e só a elas, e assim por diante. Será que ele faz juízos cromáticos genuínos?



Alguns dirão que não: ainda que essa pessoa empregue correctamente termos como "verde" e "azul", ela não tem qualquer *conceito* de cor, visto que ter experiências visuais apropriadas em condições apropriadas é algo parcialmente constitutivo da posse de conceitos de cor. Outros, porém, negarão que essas experiências sejam necessárias para ter os conceitos de cor.

Ora, suponha-se que quem seja desta última opinião objecta o seguinte: dado que o cego de nascença usa fiavelmente os termos cromáticos, ele *tem* os conceitos de cor. Esta objecção, alega Smith, é manifestamente fraca, porque simplesmente presume a verdade de uma das perspectivas acerca daquilo que está em questão: se é necessário ou não ter experiências visuais para ter conceitos de cor. Com a objecção do amoralista, Brink, segundo Smith, comete o mesmo erro: adopta uma interpretação tendenciosa do facto de o (alegado) amoralista usar fiavelmente os termos morais, limitando-se a presumir que esse uso mostra que ele possui conceitos morais genuínos, e assim faz juízos morais autênticos, e que estar apropriadamente motivado nas condições apropriadas *não é* uma condição necessária para a posse desses conceitos.

Evidentemente, o internista motivacional contesta este pressuposto. Isto significa, diz Smith, que caímos num impasse. Para o ultrapassar, precisamos de um argumento que não seja uma simples petição de princípio. Examinemos, então, o argumento que Smith propõe em defesa do internismo.

Antes de o fazermos, é de assinalar que o próprio diagnóstico de impasse é disputável, pelo menos se se considerar que o impasse em causa deixa as partes em dissensão numa posição epistemicamente simétrica. Segundo um princípio leibniziano atraente, quando está em questão a mera possibilidade lógica ou conceptual de  $x$ , o ónus da prova cabe a quem defende a impossibilidade de  $x$ . Ou seja, na ausência de razões para crer que  $x$  é lógica ou conceptualmente impossível, a crença na mera possibilidade de  $x$  está justificada. Estando em questão a mera possibilidade conceptual do amoralismo, o ónus da prova cabe ao internista motivacional, visto ser ele quem nega essa possibilidade.

### 2.3 O argumento do fetichismo moral

O ponto de partida do argumento de Smith é um facto saliente, consensualmente reconhecido, sobre a motivação moral: a uma mudança nos juízos morais de um agente segue-se fiavelmente uma mudança nas suas motivações. Isto aplica-se, acrescenta Smith (1994: 71), pelo menos às pessoas que são boas e têm uma vontade forte.

Empregando o exemplo de Smith, consideremos um agente que julgava que os valores libertários eram melhores e que, por isso, estava motivado para votar nos libertários. Contudo, outra pessoa convenceu-o de que os valores dos sociais-democratas eram melhores. Com esta mudança de juízo, verificou-se uma mudança de motivação: agora o agente está motivado para votar nos social-democratas.

O problema que se põe é *explicar* a fiabilidade desta conexão entre juízos e motivação. A explicação internista é esta: dado que julgar que devemos  $\Phi$  implica estar motivado para  $\Phi$  (excepto, pensa Smith, em caso de irracionalidade prática), não é surpreendente que, numa pessoa boa e com vontade forte (i.e. isenta de irracionalidade prática), haja uma mudança de motivação sempre que ocorre uma mudança de juízo. A conexão, em suma, deve-se ao *conteúdo dos juízos*: quando este muda, a motivação não pode deixar de mudar consonantemente.

O externista terá de explicar de outro modo a fiabilidade da conexão. Segundo Smith, ele dirá que esta se deve antes ao *conteúdo da motivação moral* do agente. O agente, sendo uma pessoa boa, está primariamente motivado para fazer aquilo que é correcto, isto é, tem uma preocupação básica, "não-derivativa", em fazer aquilo que é correcto. Como esta preocupação permanece mesmo quando os juízos morais mudam, as motivações do agente não deixam de estar alinhadas com os seus juízos morais. O exemplo apresentado apresenta-se, então, a esta luz:

De acordo com esta história, portanto, quando já não acredito que é correcto votar nos libertários, perco um desejo *derivado* de votar neles; e, quando passo a acreditar que é correcto votar nos sociais-democratas, adquiero um desejo *derivado* de votar neles. Mas, em cada caso, as minhas motivações são derivativas porque derivam do meu juízo actual acerca do que é correcto fazer em

conjunção com o meu motivo moral básico: uma preocupação não-derivativa em fazer aquilo que é correcto. (1994: 74)

A explicação externista, assevera Smith, é inaceitável porque decorre de uma concepção errada de bom agente moral – ou, como podemos dizer, de um agente *virtuoso*. Um agente virtuoso, sem dúvida, deseja fazer aquilo que é correcto, mas na explicação externista este é um desejo *de dicto*, e não *de re*. Por outras palavras, o agente pressuposto na explicação age primariamente em função de um desejo geral cujo conteúdo é "fazer o que quer que seja correcto". "As boas pessoas", diz Smith (1994: 75), "preocupam-se não-derivativamente com a honestidade, com a boa e a má sorte dos seus filhos e amigos, com o bem-estar dos seus semelhantes, com as pessoas obterem aquilo que merecem, com a justiça, a igualdade e outras coisas desse género, e não com uma única coisa: fazerem aquilo que é correcto".

Quem age em função de uma preocupação não-derivativa em fazer aquilo que é correcto, conclui Smith, não é um agente virtuoso e, na verdade, tem uma atitude fetichista em relação à moralidade. O externismo, por estar comprometido com uma concepção inadequada de agente moralmente virtuoso, tem assim de ser repudiado.

### 3 Externismo motivacional

No campo do externismo motivacional, merecem destaque as perspectivas de Shafer-Landau (2003: 141-161) e de Sigrun Svavarsdóttir (1999), que agora vamos examinar. O primeiro, além de apontar o apoio intuitivo que favorece o externismo, responde de uma forma bastante directa ao argumento internista de Smith.

#### 3.1 Apoio intuitivo

Para o externista motivacional, a conexão entre o juízo moral e a motivação é contingente. Esta depende, declara Shafer-Landau (2003: 151), (1) da constituição psicológica do agente e (2) do conteúdo das exigências que o agente entende como exigências morais. Casos muito diversos sugerem estes factores podem anular, e por vezes anulam, a conexão entre o juízo moral e a motivação relevante.

Conjuntamente, esses casos oferecem um apoio intuitivo considerável ao externismo motivacional.

Começemos por delinear casos em que factos sobre a constituição psicológica do agente podem anular a conexão em causa. Após uma experiência traumática, por exemplo, a pessoa traumatizada pode deixar de se preocupar com considerações morais, mas manter as suas opiniões morais. Podemos considerar também casos de depressão profunda. A pessoa deprimida, admite-se prontamente, pode fazer juízos valorativos de carácter prudencial – e.g. "Devia sair mais de casa", "Devia fazer exercício físico" –, mas não ter a menor motivação para agir em conformidade com esses juízos. Não se percebe, então, por que razão a situação teria de ser inteiramente diversa a respeito dos juízos valorativos de carácter moral.

Consideremos agora casos em que, devido àquilo que o agente julga serem exigências morais, a conexão entre o juízo moral e a motivação consonante parece poder anular-se. Um dos casos que Shafer-Landau descreve respeita a um agente que adopta uma perspectiva moral extremamente exigente, como uma determinada versão de consequencialismo dos actos: dado que, para esse agente, as exigências morais são muitíssimo fortes, ao ponto de por vezes não ser psicologicamente possível cumpri-las, afigura-se conceptualmente possível que ele não esteja apropriadamente motivado em alguns casos.

Outros casos dizem respeito à relação entre juízos morais e prudenciais. De acordo com a perspectiva moral de muitos agentes, as exigências da prudência podem entrar em conflito com as exigências da moralidade. Ora, num caso em que satisfazer as segundas implique ser extremamente imprudente (e.g. arriscar ou perder a vida), afigura-se possível que a preocupação prudencial extinga a motivação para agir moralmente.

Por fim, imaginemos uma estudante que, depois de frequentar aulas de ética, adopta o relativismo moral como perspectiva meta-ética. Visto que, na sua sociedade, prevalece uma atitude de condenação do sexo extramarital, ela conclui que essa conduta é moralmente errada. No entanto, como está alienada da sua sociedade, não desenvolve qualquer motivação para se opor ao sexo extramarital. Também aqui parece que um juízo moral pode coexistir com uma ausência total da motivação consonante.

### 3.2 *Réplica ao argumento do fetichismo moral*

Casos como os acima delineados tornam o externismo motivacional presumivelmente correcto: na ausência de razões para crer que as aparências iludem, é de crer que seja verdadeiro. Como vimos, no entanto, Smith propõe um argumento que visa pôr em causa as aparências. Na discussão de Shafer-Landau (2003: 156-160), encontramos uma réplica convincente a esse argumento.

As pessoas normais, assente Shafer-Landau, estão motivadas em certa medida para agir em conformidade com os seus juízos morais, e assim as suas motivações tenderão a mudar em consonância com as mudanças nos seus juízos morais. (Aliás, suspeitamos da sinceridade de alguém que alega aceitar certos princípios morais, mas não revela a menor inclinação para os respeitar.) Para explicar esta conexão, o externista poderá ter de apelar ao "motivo do dever", isto é, a um desejo geral de fazer o que quer que seja moralmente certo.

Não parece, no entanto, que as pessoas ajam normalmente segundo este desejo, mesmo quando agem com preocupações morais. Além disso, como frisa Smith, parece também que quem assim fizesse estaria demasiado preocupado com o estatuto moral das suas acções – não seria um agente verdadeiramente virtuoso. Ainda *assim*, as pessoas poderão muito bem agir normalmente segundo este desejo, embora não só segundo este desejo. E esse será um desejo disposicional, e não, normalmente, um desejo ocorrente. O agente, ainda que tenha esse desejo, não estará obcecado com o estatuto moral das suas acções, e poderá preocupar-se "não-derivativamente" com a honestidade ou a justiça, com a felicidade dos seus semelhantes e a sorte dos que lhe são mais próximos. A um agente destes não será apropriado imputar qualquer fetichismo moral, impróprio de um agente verdadeiramente virtuoso. O externista, ainda que tenha de explicar o alinhamento entre juízos morais e motivais em termos do "motivo do dever", não está comprometido, por essa razão, com uma concepção inaceitável de agente moral.

### 3.3 *O regresso do amoralista*

Na sua defesa do externismo motivacional, Svavarsdottir apresenta um argumento original a favor da possibilidade do amoralista

(ou do *cínico*, como lhe chama), começando por apresentar o caso seguinte:

O Exemplo de Patrick: Virginia pôs em risco a sua posição social para ajudar um estranho perseguido politicamente, pois ela pensou que era isso que devia fazer. Mais tarde ela conhece Patrick, que pode, sem qualquer risco evidente para si mesmo, prestar um auxílio similar a um estranho perseguido politicamente, mas que não tentou fazer isso. A nossa heroína moralmente empenhada confronta Patrick, começando por apelar à sua compaixão pelas vítimas. Com bastante enfado, Patrick diz-lhe que não tem nenhuma inclinação para se preocupar com os apuros de estranhos. Virginia recorre então a considerações morais explícitas: neste caso, ele tem a obrigação moral de auxiliar estranhos e está em questão o combate a uma enorme injustiça. Patrick declara prontamente que concorda com a sua avaliação moral, mas que ainda assim não está na disposição de ajudar. Virginia continua a pressioná-lo, argumentando que o esforço necessário é mínimo e que, dada a sua posição, o auxílio não lhe custará quase nada. Patrick responde que o custo não é a verdadeira questão; ele simplesmente não está disposto a preocupar-se com esses assuntos. Posteriormente, não revela absolutamente nenhum sinal de arrependimento pelas suas observações ou por não ter ajudado. (1999: 176-177)

Para enriquecer a descrição de Patrick, suponhamos que ele é professor de filosofia, mais precisamente de ética. E é um bom professor, ainda que porventura demasiado dogmático: tem um domínio exemplar das diversas teorias éticas, conhece a fundo tanto as suas defesas como as críticas que lhes foram dirigidas, e defende uma dessas teorias – uma forma de consequencialismo dos actos, digamos – com grande engenho e obstinação. No domínio da ética prática, Patrick exprime opiniões vincadas a respeito dos mais diversos assuntos. Ainda assim, as suas perspectivas éticas, segundo o que ele próprio diz e muitos outros atestam, não influenciam minimamente a sua conduta fora do plano do debate académico. Podemos acrescentar que Patrick, além de ser um modelo de racionalidade prudencial, tem uma vontade forte e não padece de nenhuma doença mental.

Perguntemos agora, pensando na atitude de Patrick face à proposta de

Virginia, se poderemos explicar o seu comportamento com a hipótese de que ele é amoralista. A questão, salienta Svavarsdottir, não é se essa é a explicação mais plausível, mas se essa é uma explicação *possível*.

O internista motivacional dirá que não. Sem recorrer a qualquer evidência empírica, insistirá que Patrick não faz um juízo moral autêntico ou que, se faz, então está motivado até certo ponto para auxiliar o estranho, ainda que o seu comportamento não indique essa motivação. Ele arreda, de um modo inteiramente *a priori*, a explicação em termos de amoralismo do campo das explicações possíveis.

Evidentemente, o externista motivacional tem intuições diferentes nesta matéria. Teremos aqui, então, um verdadeiro impasse? Svavarsdottir alega que não, pois entende as posições em conflito não são simétricas:

[Q]uando há um conflito de intuições (entre pessoas inteligentes e razoáveis) sobre que hipóteses se candidatam a explicar um fenómeno observável, o ónus da prova cabe àqueles que insistem numa classe de explicações mais restritiva. Isto parece-me inteiramente razoável como princípio metodológico a governar a investigação empírica. (1999: 179)

O internismo motivacional não é auto-evidente. Na ausência de boas razões para o aceitar, afigura-se arbitrário excluir *a priori*, das explicações possíveis para episódios de conduta humana, todas as explicações em termos de amoralismo. Quem insista em defender o internismo, terá, então, de responder a esta acusação de arbitrariedade.

Pedro Galvão  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

### Referências

- Brink, David. O. 1989. *Moral Realism and the Foundations of Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Miller, Alexander. 2003. *An Introduction to Contemporary Metaethics*. Cambridge: Polity Press.
- Smith, Michael. 1994. *The Moral Problem*. Malden, MA: Blackwell Publishing.
- Shafer-Landau, Russ. 2003. *Moral Realism: A Defence*. Oxford: Clarendon Press.
- Svavarsdottir, Sigrun. 1999. Moral Cognitivism and Motivation. *The Philosophical Review* 108: 161-219.